

6904-4



ÁFRICA DO SUL E ONU: DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Eurípedes Cardoso de Menezes

Já estive várias vezes na África, que percorri de Alexandria a Johannesburgo, do Índico ao Atlântico; e tive a honra de prefaciar o notável livro *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais* da Professora Therezinha de Castro, que a Biblioteca do Exército acaba de reeditar. É, pois, com interesse que procuro ler tudo o que se refira à chamada "ilha mundial", que, por um ou por outro motivo, tem estado ultimamente na ordem do dia; e de modo especial em razão da campanha pró-independência da Namíbia. Infelizmente, porém, os que se pronúnciam sobre o assunto nem sempre o têm estudado satisfatoriamente e com a necessária isenção de ânimo.

ARTIFICIALIDADE DE FRONTEIRAS

Como ninguém ignora, a colonização da África, efetuada no transcurso do sé-

culo XIX, estabeleceu no continente *fronteiras artificiais* traçadas pelas metrópoles européias no Congresso de Berlim (1884-85). Algo análogo, aliás, já sucedera na própria Europa em consequência do Congresso de Viena (1815), que retrçou os limites de numerosos países, profundamente alterados pela política expansionista de Napoleão: assim o império Austro-Húngaro, de língua alemã, herdou a Lombardia-Venécia, de língua italiana; a Holanda calvinista herdou a Bélgica católica, que, em troca, entregou a Colônia do Cabo, povoada por holandeses, à Inglaterra — donde se dizer que se haviam distribuídos as populações como "cabeças de gado", resultando tais arbitrariedades em guerras e revoluções feitas em nome do "princípio das nacionalidades".

Deflagrando-se a partir de 1950 o movimento, que rapidamente se generalizou, de emancipação das colônias afri-

canas, foram as suas fronteiras aceitas e oficializadas pela ONU em flagrante desrespeito ao tão proclamado "direito de autodeterminação dos povos", impedidas as novas nações — constituídas de mais de 6.000 tribos — de se manifestarem quanto aos seus limites e ao seu rumo político; como simples rebanhos também. De fato, para o africano, a grande realidade, a verdadeira e única nacionalidade sempre foi e continua a ser a *tribo*. Os ibos, por exemplo, colocados, discricionariamente, parte dentro da Nigéria e parte no país limítrofe, desejavam exercer o seu direito de autodeterminação dentro da República de Biafra. Todavia, como sucedeu também aos hutus no Burundi, aos tubus no Tachad, aos katangueses no Zaire, foram os ibos (católicos) esmagados pelos haussás (muçulmanos), e seu representante, incumbido de apresentar a rendição formal, sumariamente fuzilado!

INCOERÊNCIAS

Não é, porém, apenas na África; noutras regiões também se verificam ainda hoje as mais gritantes contradições e arbitrariedades. Enquanto, por exemplo, se reconhece o direito à soberania política de Andorra, nos Pirineus; de San Marino, na Itália, no topo dos Apeninos; de Mônaco, encravado no sul da França — nega-se esse direito à Irlanda do Norte, que se quer unir à do Sul, como também aos bascos, aos kirguizes, aos países Bálticos, aos ucranianos etc. E nenhum protesto se levanta contra isso!

Entretanto, o que de fato tem causado maior celeuma é o caso da Namíbia. Que sucede, porém, realmente no antigo Sudoeste Africano? Terão mesmo razão e serão sinceros os que condenam tão veementemente o "apartheidismo" da África do Sul?

Há que distinguir, de início, apartheidismo de racismo. O termo *apartheidismo* deriva de *apart*, advérbio que, segundo o dicionário de M. Michaellis, significa: "de parte, em lugar separado, à parte, distintamente, em distância, apartado de outra companhia". E o chamado apartheidismo nem sempre será consequência do racismo, que, não nos esqueçamos, também existe na Rússia, nos Estados Unidos e nos próprios Estados Negros, racismo de negros contra os brancos e os amarelos.

Desse racismo não cogita a ONU. Como também não se sabe de nenhuma decisão daquele Organismo em favor dos negros escravizados por outros negros, submetidos à força a líderes que, em nome da "autodeterminação", dirigem (democrática ou ditatorialmente?) o Tchad, a República Centro Africana, a Mauritânia... E quem os elege? E por quanto tempo? Aliás, quase todos os líderes negros africanos são praticamente *vitalícios*... até que um contragolpe os derrube. Quando tal acontece, porém, na América Latina, é tido o governante como ditador, opressor das massas; e, em nome da "democracia", se exige a sua retirada. Isso quanto às ditaduras de direita, pois a ninguém ocorre falar em eleições para substituir o Governo do Dr. Fidel Castro, no poder desde 1961. Tampouco procura a ONU imiscuir-se na política interna cubana, tal como desejou fazer no Chile, onde foi rechaçada pelo Governo Pinochet. Dois pesos e duas medidas...

APARTHEISMOS

Façamos, porém, especificamente do apartheidismo. Apartheidismo é, na realidade, o desejo de viver independentemente na mesma região, promovendo o desenvolvimento em separado. Não foi, po-

rém, o apartheidismo inventado pela África do Sul. Esparta, Atenas, Tebas constituem exemplos, no passado, do apartheidismo que possibilitou a cada uma daquelas cidades independentes desenvolver-se, dando ênfase, respectivamente, às suas tendências peculiares: o amor às letras, ao militarismo e ao desportismo. A Fenícia também, vivendo em cidades-repúblicas separadas, fundando numerosas colônias independentes, como Cartago e outras, é mais um exemplo desse apartheidismo; como Gênova e Veneza, na península itálica, vivendo independentes no seu apartheidismo comercial.

E na Índia de hoje, muçulmanos e induístas a formarem comunidades separadas, com escolas separadas; o apartheidismo dos negros zulus e tswanas, que não se juntam; no Canadá há escolas para os de língua francesa e os de língua inglesa; na África do Sul os próprios brancos de origem holandesa e os de origem inglesa não se misturam; e além desses apartheidismos por motivos de raça, língua, religião, também existe outro, por discriminação social, em relação aos párias da Índia, os intocáveis.

Na África do Sul, outrossim, a despeito de não haver nenhuma lei que determine essa separação, não se misturam os induístas com os negros, nem esses com os muçulmanos; os asiáticos também vivem à parte; como, de resto, desde antes de Cristo até hoje, não se misturam os judeus com os samaritanos, nem com outro povo qualquer; e os negros estadunidenses, apartheidistas também, preferem sofrer o racismo americano a terem que viver na Libéria.

Apartheidistas são os kurdos subjugados pelos iranianos, vivendo parte no seu território, parte no Iraque; a Biafra, apartheidista também; a URSS, autêntica "união forçada de Estados apartheidistas";

a Etiópia (cristã copta) palco da luta dos eritreus (muçulmanos), que desejam separar-se por motivos religiosos. Aliás, via de regra, toda região montanhosa tende a formar Estados independentes; daí o cantonalismo geopolítico. Povos há que vivem acantonados nas regiões altas, isolados pela montanha. Por exemplo: no Himalaia o Tibet, o Butan, o Nepal, o Sikin, os quais, aliás, a ONU reconhece. Foi também a zona montanhosa que separou os espanhóis em várias repúblicas na América Latina.

ÁFRICA AUSTRAL

Detenhamo-nos, porém, um pouco no que se passa hoje na África do Sul.

A África do Sul tem uma área equivalente à do nosso Estado do Pará, coabitando naquela região planáltina brancos de origem holandesa e inglesa, indostânicos e tribos negras com costumes, tradições, línguas e dialetos diferentes ao lado de mestiços ali chamados "coloreds". Há mais de duzentos anos vem sendo o apartheidismo naquela região considerado como um fato natural, por isso que, apesar de não existir nenhuma lei que proíba a união do indu com o negro, essa não se dá; apesar de não haver proibição de viverem juntos os indus, eles preferem viver separados em razão de seus usos e costumes religiosos; como também os próprios brancos de língua inglesa e religião anglicana e os de língua afrikaan e calvinistas. E quando há mistura, ou seja, quando deixa de prevalecer o apartheidismo, o grupo resultante, dos mestiços ou "coloreds", não é bem visto e aceito nem pelos negros nem pelos brancos.

A propósito, vale lembrar um fato sintomático: o de haver o Governo sul-



africano construído uma cidade, a de Laudium, só para os indianos. Tais foram, porém, os desentendimentos que se tornou necessário edificar dois bairros na mesma cidade; um para indianos muçulmanos e outro para indianos bramanistas. A ONU a isso não se opôs, mas se manifesta sempre contra o Soweto, bairro negro de Pretória, separado do setor residencial branco. Todavia, o que também é incompreensível é que, tendo a ONU reconhecido o Lesoto, Botswana e Ngawme, enclaves na África do Sul, e alguns países minúsculos na Ásia, na Europa e na própria América Central, se recuse a reconhecer o Transkei, o Bofuthatswana e Venda.

Com relação ao Transkei, com área semelhante à da Dinamarca, vale lembrar o que registra o antropólogo Julio Coia Alberich, autor do livro *Là Repú-*

blica de Sudáfrica: "em Umtata, capital do Transkei, alojamo-nos no Hotel Imperial, reservado aos brancos. Como estávamos em país negro, sucede que este estabelecimento é muito menos confortável do que o luxuoso Transkei Hotel, o melhor de Umtata, destinado aos negros... Terminamos a visita a esse hotel luxuoso, o melhor de Umtata, e regressamos ao que habitamos, o Imperial, muito mais modesto; mas compreendemos que num país negro é lógico e natural que os negros desfrutem dos melhores alojamentos". Ele, branco, não se indignou com a discriminação...

Na Namíbia, antigo Sudoeste Africano, ex-colônia alemã, entregue em 1915 pela Liga das Nações à administração da África do Sul, coexistem tribos diferentes dentre as quais a dos ovambos, que pleiteiam, apoiados na SWAPO de San

Nujoma, a independência de todo o território, mas com o predomínio deles, dos ovambos.

O Governo sul-africano mostra-se disposto a conceder a pretendida independência, mas a cada tribo em particular e não à Namíbia subjugada pelos ovambos, fortemente apoiados pela União Soviética, que, dominando Angola e a Namíbia, se colocaria em vantajosa posição estratégica no Atlântico-Sul, como acontece no Índico através de Moçambique.

Gostaria a África do Sul de fazer da Namíbia algo parecido com a Confederação Helvética. Realmente, se é reconhecido o cantonalismo geopolítico na Suíça, com seus cantões francês, alemão e italiano, por que não reconhecer a validade de um sistema semelhante na África? Não seria preferível viver separadamente na união do que juntos na desunião?

CONCLUSÃO

Efetivamente a solução luso-brasileira (que infelizmente não prevaleceu na África Portuguesa), foi a mais sábia, a mais justa, a mais cristã. Nunca teremos aqui os problemas com que se defrontam outros povos. Na impossibilidade, porém, de fazerem todos como nós, não me parece assim tão inaceitável e injusta a solução sul-africana, que a ONU condena e a História, pelo cantonalismo geopolítico, reconhece e consagra.

Aliás, agindo incoerentemente como tem agido, usando de dois pesos e duas medidas, desacredita-se cada vez mais a ONU, impotente até para cobrar as quotas atrasadas das nações caloteiras, e cujas deliberações se podem anular pelo veto de qualquer um dos Cinco Grandes. Por esses e outros motivos é que até hoje não quis figurar entre os seus membros a Confederação Suíça.



Eurípedes Cardoso de Menezes — Magistrado, diplomado pela Escola Superior de Guerra, antigo jornalista e professor universitário, Deputado Federal por 20 anos consecutivos, representante do Brasil em vários congressos internacionais, manteve durante 40 anos um programa radiofônico de caráter cultural e cívico. Autor, entre outros, do livro "A Antártica e os Desafios do Futuro".